

Ministério da Economia abre duas Consultas Públicas sobre desregulamentação e aumento de competitividade do ambiente de negócios no Brasil

17.07.2020 3 minutos de leitura

Autores

Barbara Rosenberg

Bernardo Cascão

Camilla Paoletti

José Inacio Ferraz de
Almeida Prado Filho

Marcos Exposto

Quinta-feira (16.07.2020), a Secretaria de Advocacia da Concorrência e Competitividade do Ministério da Economia ("SEAE") publicou o **Aviso de Consulta Pública nº 01/2020**, que trata da Frente Intensiva de Avaliação Regulatória e Concorrencial; e o **Aviso de Consulta Pública nº 02/2020**, referente aos critérios para análise de melhorias regulatórias e diminuição dos custos de negócios no Brasil.

O prazo para envio de contribuições sobre os temas se encerra no **dia 17 de agosto de 2020**; os resultados das duas Consultas Públicas serão posteriormente divulgados no site do Ministério da Economia.

Frente Intensiva de Avaliação Regulatória e Concorrencial – Consulta Pública nº 01/2020

Por meio da Consulta Pública nº 01/2020, a SEAE submete ao público em geral a proposta de Instrução Normativa que institui o Programa Frente Intensiva de Avaliação Regulatória e Concorrencial ("FIARC").

O FIARC tem por objetivo analisar e aprimorar as normas infralegais de natureza regulatória e concorrencial no Brasil, buscando identificar e avaliar quais dessas normas poderiam, ainda que de forma potencial, causar distorção ou ter caráter anticompetitivo.

De acordo com a texto da Consulta Pública, estima-se que os custos de ineficiência regulatória no Brasil chegam a R\$200 bilhões, o que ratificaria a necessidade de análise estrutural do arcabouço regulatório vigente no País.

Com a Consulta Pública, o Ministério da Economia busca dar transparência e previsibilidade aos princípios que vão orientar os trabalhos internos da SEAE no futuro próximo, e garantir participação dos agentes econômicos e órgãos reguladores no processo.

Desoneração Regulatória – Consulta Pública nº 02/2020

Com a Consulta Pública nº 02/2020, a SEAE submete à apreciação do público a minuta de Instrução Normativa que visa a estabelecer os critérios para análise de melhorias regulatórias e diminuição dos custos de negócios no Brasil.

Segundo a Consulta Pública, a atual estrutura regulatória do Brasil gera um ambiente menos competitivo, que prejudica a oferta de bens e serviços no mercado. Este cenário seria responsável, por exemplo, pelo mau desempenho no “Índice Doing Business”, no qual o Brasil retrocedeu da 109^a à 124^a posição em 2019.

Por meio da Instrução Normativa, a SEAE busca estabelecer diretrizes para orientar os trabalhos internos na análise de atos normativos por meio do parâmetro de “onerosidade regulatória”. Assim, a proposta de Instrução Normativa propõe os critérios objetivos segundo os quais esse conceito de onerosidade regulatória deveria ser analisada.

A publicação das Consultas Públicas proporciona maior transparência aos agentes de mercado e a possibilita participação direta da população no aprimoramento e evolução do ambiente de negócios no Brasil.

Também revela a atuação propositiva da Administração Pública Federal para reduzir a carga regulatória e neutralizar potenciais distorções concorrenciais causadas por regulamentações desnecessárias.

Quer receber nossos conteúdos no seu e-mail? **Faça seu cadastro.**

Crédito da imagem: Pressfoto/Freepik

› **PROFISSIONAIS**

Profissionais que aliam visão jurídica e visão de mercado



Barbara Rosenberg



Bernardo Cascão



Camilla Paoletti



José Inacio Ferraz de Almeida Prado Filho



Marcos Exposto